Espaço & debate

MIGRAÇÕES

DA PERDA DA TERRA À EXCLUSÃO SOCIAL

Ana Valim

Coordenação: Wanderley Loconte

11ª EDIÇÃO

Conforme a nova ortografia

Atual Editora

Copyright © Ana Valim, 1996.

SARAIVA S.A. Livreiros Editores

Rua Henrique Schaumann, 270 – Pinheiros – CEP 05413-010
Fone: (0xx11) 3613-3000
Fax: (0xx11) 3611-3308 – Fax vendas (0xx11) 3611-3268
www.editorasaraiva.com.br
Todos os direitos reservados.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Valim, Ana
Migrações — da perda da terra à exclusão social / Ana Valim. — 11ª ed. — São Paulo : Atual, 2009. — (Espaço e Debate).

Bibliografia
ISBN 978-85-357-1172-1

ISBN 978-85-357-1165-3 (professor)

1. Migração interna — Brasil. 2. Pobres do campo — Brasil. 3. Trabalhadores agrícolas migrantes — Condições sociais I. Título. II. Série.

CDD-304.80981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Migração interna : Sociologia 304-80981

Espaço & Debate

Desenvolvimento de produto

Gerente: Wilson Roberto Gambeta
Editora: Vitória Rodrigues e Silva
Projeto editorial: Wanderley Loconte
Assessora editorial: Lourdes Ferreira
Editor de texto: Noé Gonçalves Ribeiro
Preparação de texto: Célia Tavares
Editora de arte: Thaís de Bruÿn Ferraz
Pesquisa iconográfica: Fabiana Beltramim

Produção editorial

Gerente: Cláudio Espósito Godoy
Coordenador de produção: Milton M. Ishino
Assistente: Márcia Regina Novaes
Revisão: Maria Luiza X. Souto (coord.)/Maria Cecília F. Vannucchi
Editor de arte: Celson Scotton
Chefe de arte: Irineu Sanches
Diagramação e capa: Ricardo Yorio
Editoração eletrônica: Silvia Regina E. Almeida (coord.)/Grace Alves

Produção gráfica

Gerente: Antonio Cabello Q. Filho
Coordenador de produção: José Rogerio L. de Simone
Assistente: Alex Sandro de Souza

Colaboradores

Projeto gráfico de miolo e capa: Tânia Ferreira de Abreu
Foto de capa: Agência Estado
Foto de abertura das partes: Folha Imagem
Mapas: Maps World

11ª edição/3ª tiragem
2013

Todas as citações de textos contidas neste livro estão de acordo com a legislação, tendo por fim único e exclusivo o ensino. Caso exista algum texto a respeito do qual seja necessária a inclusão de informação adicional, ficamos à disposição para o contato pertinente. Do mesmo modo, fizemos todos os esforços para identificar e localizar os titulares dos direitos sobre as imagens publicadas e estamos à disposição para suprir eventual omissão de crédito em futuras edições.

Visite nosso *site*: www.atualeditora.com.br
Central de atendimento ao professor:
0800-0117875

APRESENTAÇÃO

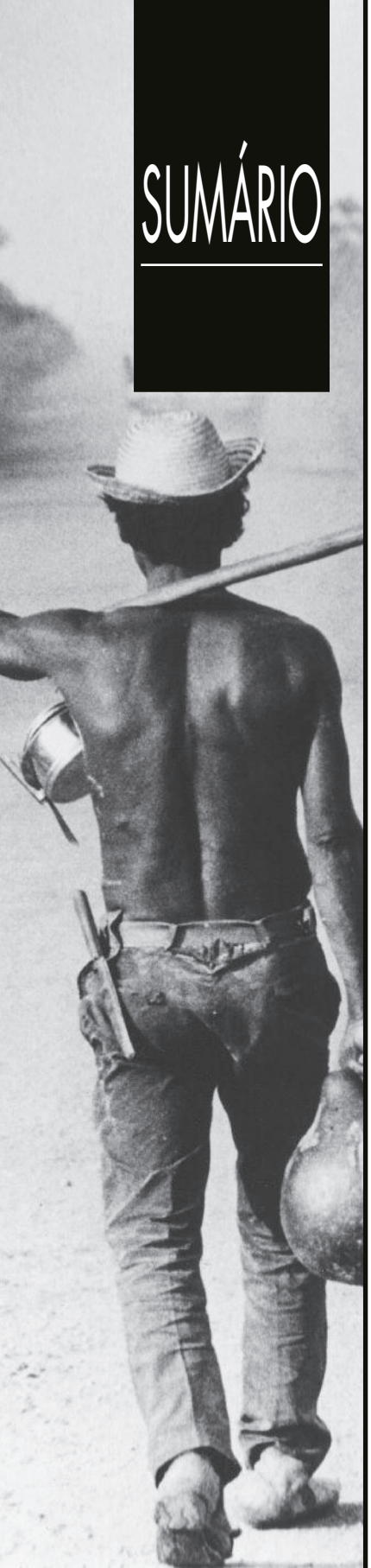
O que leva milhões de pessoas a deixar seu lugar de origem, pondo-se a caminho, enfrentando os dissabores de uma vida itinerante? Sonhos? Ilusão? Sobrevivência? Quem ganha, quem perde nessa andança sem fim? Certamente não foi por acaso que 28,5 milhões de brasileiros deixaram o campo em apenas vinte anos (1960 a 1980). O que está por trás das políticas de redistribuição espacial da população?

Jornalista há dezoito anos, tenho pesquisado e feito reportagens, entre outras questões sociais, sobre o drama dos migrantes nas várias regiões do Brasil — trabalho que me foi possível aprofundar enquanto assessora de imprensa no Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM) e no Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No presente texto, que contou com a valiosa contribuição da socióloga Wanderluce Pessoa Bison, pretendemos responder às questões apresentadas acima, de maneira a possibilitar ao leitor a formação de uma visão crítica sobre o assunto. Na primeira parte, fazemos um breve histórico da migração em nosso país, identificando as principais áreas e épocas dos fluxos migratórios, além das alterações que esse fenômeno foi experimentando no decorrer do último século. Na parte seguinte, analisamos de modo mais aprofundado esse tema, destacando seus aspectos positivos e negativos. Por fim, a partir do artigo do jornalista Paulo César Teixeira, analisamos uma situação concreta das condições dos migrantes no interior do Estado de São Paulo. Essa análise nos leva a constatar que migração e exclusão social vêm se tornando sinônimos, constituindo-se, simultaneamente, em causa e efeito de um processo de empobrecimento que a cada década envolve um número crescente de pessoas. Esse quadro vem se agravando ainda mais nos últimos anos pela implementação no país da política neoliberal, que, ao priorizar algumas parcelas da sociedade, exclui a maioria não só do direito ao trabalho como à própria vida.

Até que medidas políticas sérias sejam adotadas pelos governos em favor dos milhões de migrantes empobrecidos de nosso país, a eles resta a exclusão, não só econômica como também — e sobretudo — pessoal, caracterizada pelo preconceito e pela marginalização.

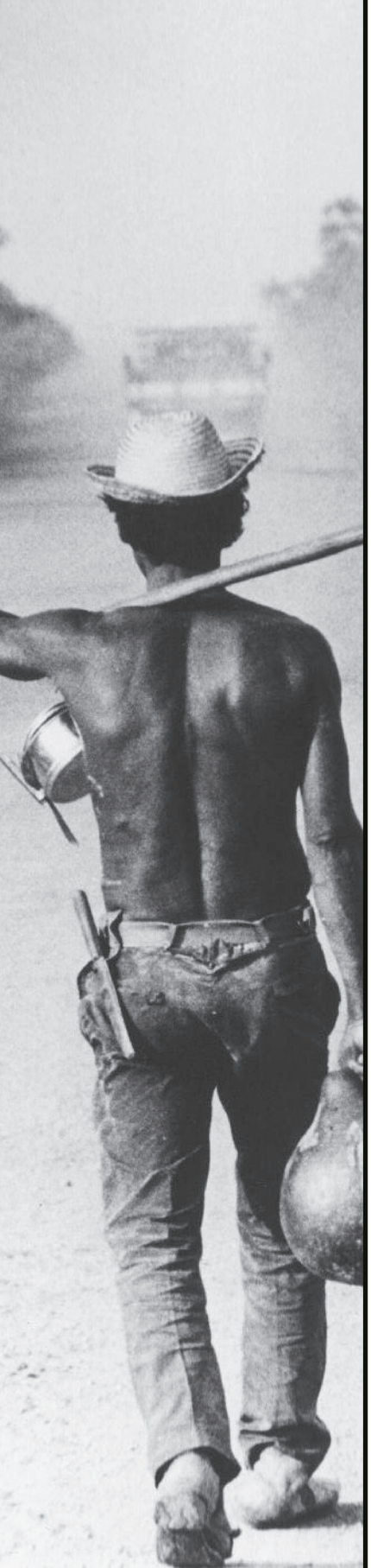
Ana Valim



SUMÁRIO

PARTE 1 — MIGRAÇÕES NO BRASIL

Introdução.....8
O início das migrações.....9
O ciclo da borracha.....10
Do campo para a cidade.....12
Os nordestinos.....13
Êxodo rural e urbanização.....14
Mudança na agricultura.....16
Periferização.....17
Consequências.....19
Declínio no crescimento populacional urbano.....21
Mudança de rumo.....24
Rumo à fronteira agrícola.....26
Centro-Oeste.....28
Amazônia.....29
Rondônia.....31
Tendências atuais.....32
Agronegócio.....34
Emigrantes.....35
Migrações limítrofes.....35
Os brasiguaios.....36
Outros deslocamentos.....40
Brasileiros nos EUA, Europa, Japão.....40
Tráfico de seres humanos.....43
Imigrantes latinos no Brasil.....43



Trabalho assalariado e migração 44
Indústria da seca 49
Os locais de destino 49
Informatização 53
Trabalho escravo 53
Cativos do século XXI 55
Política migratória oficial 56
Barragens e migrações compulsórias 57
O movimento 58

PARTE 2 — A QUESTÃO MIGRATÓRIA

Migrações: problema ou solução social? .. 60
Lado positivo 60
O que pensa a Igreja 61
Concentração da terra 61
Considerações finais 62

PARTE 3 — A EXCLUSÃO SOCIAL

Estudo de caso 64
Para debater o tema 67
Bibliografia comentada 70

PARTE

1

MIGRAÇÕES NO BRASIL

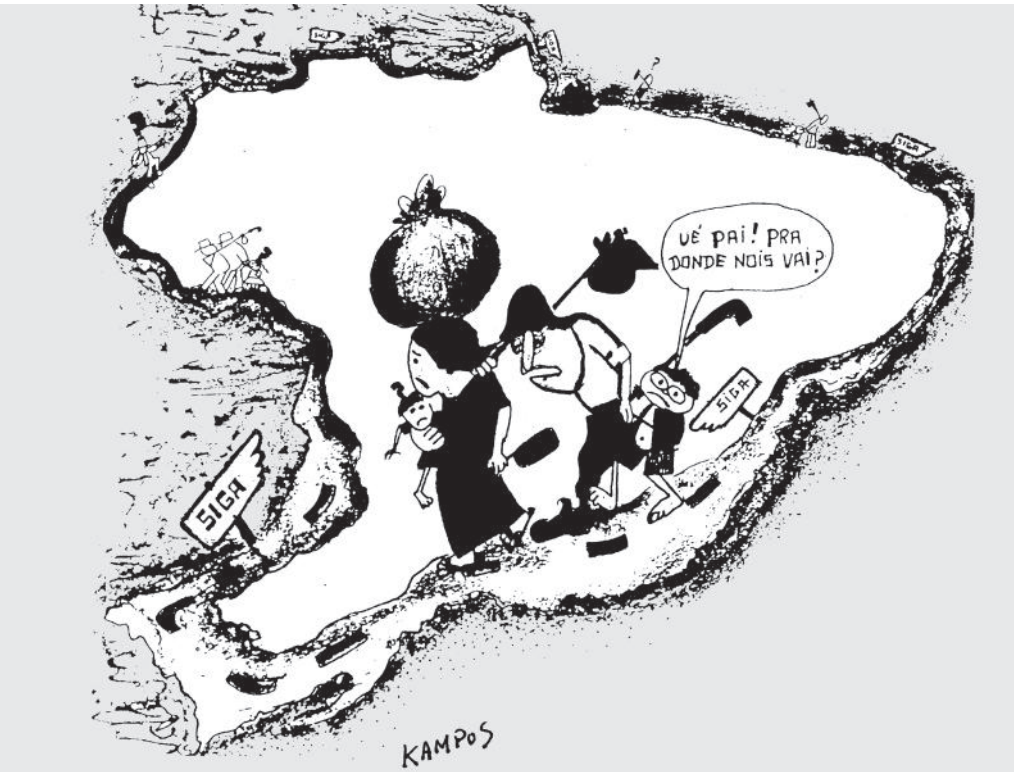
Introdução

Migrar é trocar de país, de Estado, de região ou até de domicílio, um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade. O direito de ir e vir está previsto na Constituição (artigo 5º, inciso XV), e diante dele não há muito o que argumentar. Entretanto, toda polêmica que envolve a questão da migração se dá exatamente em torno das condições em que ela ocorre: se de maneira livre — aqui, sim, um direito — ou de maneira forçada, consequência de modelos e interesses políticos e econômicos desumanos.

Neste trabalho abordaremos a migração como fenômeno social que tem suas raízes no modelo capitalista e se assenta na mobilidade do trabalho, atendendo, na maioria dos casos, aos interesses do capital — quer nacional ou estrangeiro — aprofundando o abismo entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza.

Em outras oportunidades já se constatou a existência de dois Brasis que, através dos tempos, insistem em conviver no contraste de seus números. O Brasil ocupa hoje a terceira posição no *ranking* dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e apresenta, desde 2002, o maior superávit comercial agroindustrial do mundo. Mesmo assim, dados da Fundação Getúlio Vargas, de 2007, demonstram que existem hoje no país 33,6 milhões de miseráveis que passam fome, representando 18% da população brasileira.

A história das migrações internas no Brasil contribui para a compreensão



do modo como se formou a atual sociedade brasileira. O que seria uma trajetória aparentemente individual, torna-se parte de um processo muito mais amplo de mobilidade de massa. Uma trajetória pela qual desfilam rostos, vidas com muito sofrimento, mas também com muita esperança e força para enfrentar a luta pela sobrevivência.

Com base em pesquisas de demógrafos, sociólogos, economistas e outros estudiosos, as migrações internas no Brasil, nos últimos sessenta anos, podem ser analisadas a partir de três tendências principais: a) migração do campo para a cidade; b) migração para a fronteira agrícola; c) proletarização no campo e migração sazonal.

Migrando atrás de novas terras, de safras agrícolas ou rumo às cidades, os migrantes são o resultado do processo político e econômico do país, arrastados pelas promessas oficiais de sucessivos governos, incentivados pelo sonho de uma vida melhor ou movidos pela própria necessidade de sobreviver.

No Brasil de hoje, a partir dos dados apresentados pelos censos IBGE de 1991 e 2000 e das Pesquisas Anuais por Amostra de Domicílios, (PNAD), os fluxos migratórios de grandes distâncias já não predominam. Especialistas apontam para a situação de migrações de curta distância, predominantemente intrarregionais; podendo ser sazonais em áreas de modernização agrícola ou intermunicipais em áreas de maior urbanização.

Além dos fluxos migratórios internos e suas *nuances*, surgem também os deslocamentos para fora do país, que se intensificaram em meados da década de 1990. Como afirma George Martine, o horizonte do migrante, nos dias de hoje, não se restringe à cidade mais próxima nem à capital do seu estado ou país. Seu horizonte é o mundo. Ou seja, "a globalização dispensa fronteiras". Porém, as regras desse jogo não se aplicam à migração internacional: "Enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão de obra se move a conta-gotas" e enfrenta as restrições, muros, políticas discriminatórias e as crises do capitalismo.

O início das migrações

As migrações são muito antigas na história do Brasil. De modo geral, deixaram marcas profundas e acompanharam de perto os ciclos econômicos da atividade agroexportadora. Migraram os povos indígenas, inicialmente por livre vontade, já que viviam da caça e da pesca percorrendo o imenso território em busca de subsistência. Mas, com a chegada dos colonizadores portugueses, que também eram migrantes, esses deslocamentos mudam de perfil. Ora os índios migram do litoral para o interior das matas, tentando fugir da violência da colonização, ora do interior para o litoral, arrastados a laço para o trabalho forçado nas plantações de cana-de-açúcar; até que finalmente são submetidos ao processo de reagrupamento nas reduções jesuítas. A consequência disso foi a gradativa dizimação desses povos.

Também migraram os negros, trazidos da África como escravos. Os séculos XVII e XVIII testemunharam a entrada nos portos do Brasil de aproximadamente 3,65 milhões de escravos africanos. Os negros foram obrigados a acompanhar a trajetória dos ciclos econômicos: o da cana-de-açúcar no

Nordeste; o do ouro em Minas Gerais; e o do café em São Paulo.

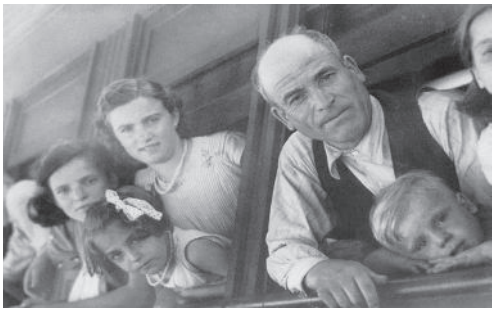
Entre os negros houve também migração de resistência; muitos fugiam das fazendas para os chamados quilombos, situados no interior da mata. O mais famoso foi o quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, que teve Zumbi como seu representante maior.

Com a diminuição do tráfico interno de escravos a partir de 1870 e a abolição da escravatura em 1888, temos o terceiro grande fluxo migratório: os imigrantes europeus, os chamados "braços livres para a lavoura", que também seguiram de perto a rota de uma agricultura itinerante, dirigindo-se a maioria para as fazendas de café.

No entanto, dos imigrantes que se dirigiram para as fazendas cafeeiras, poucos conseguiram realizar o sonho de adquirir terra no Brasil, e grande parte acabou integrando a mão de obra da indústria nascente.

De 1850 a 1950 entraram no Brasil cerca de 4,9 milhões de imigrantes europeus; a década de 1890-1900 foi a que registrou o número mais significativo, 1,12 milhão de pessoas, ou seja, 25% do total. A procedência desse contingente é variada: Itália, Alemanha, Polônia, Portugal, entre outros. Contudo, predominaram os italianos, que entre 1880 e 1900 constituíram 60% de todos os imigrantes que aqui chegaram.

F/I Acervo *Última Hora*



Imigrantes europeus em 1952.

De 1874 a 1889 entraram em São Paulo mais de 196 mil imigrantes, dos quais 20% eram italianos.

O ciclo da borracha

Na passagem do século XIX para o século XX, ocorreu o primeiro ciclo da borracha, atraindo milhares de nordestinos para a região da Amazônia. Estes, fugindo da grande seca que assolou o Nordeste em 1877, se embrenharam na mata, do Pará ao Acre, deixando ali a ilusão, a saúde e muitas vezes até a própria vida.

Caio Prado Júnior, tratando das condições dos migrantes seringueiros, afirmou:

"Nesta região semideserta de escassa mão de obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado. As dívidas começam logo ao ser contratado: ele adquire a crédito os instrumentos que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma) estão acima de suas posses, em regra nulas. Frequentemente estará ainda devendo as despesas de passagem desde sua terra nativa até o seringal. Essas dívidas iniciais nunca se saldarão porque sempre haverá meio de fazer as despesas do trabalhador ultrapassarem seus magros salários [...] E quando isto não basta, um hábil jogo de contas que a ignorância do seringueiro analfabeto não pode perceber, completará a manobra [...] E quando tudo isto não basta para reter o empregado endividado, existe o recurso da força. Embora à margem da lei, ninguém contesta ao proprietário o direito de empregá-la". (*História econômica do Brasil*, p. 244.)